



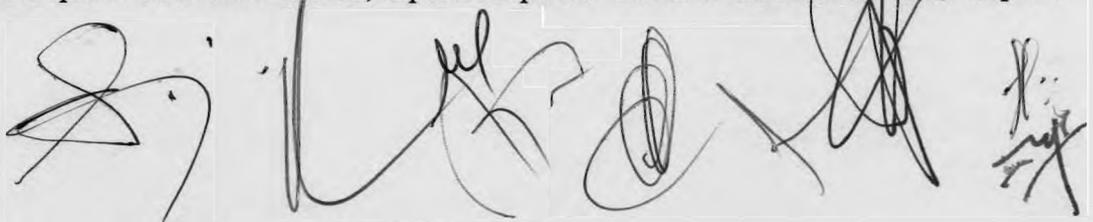
ATA DA 103ª. SESSÃO, EM 27 DE OUTUBRO DE 2002

Sessão Ordinária

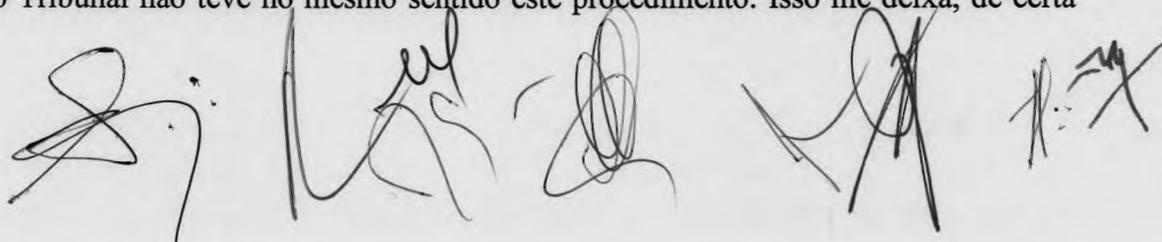
Às oito horas do dia vinte e sete de outubro do ano de dois mil e dois, nesta cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, presentes os Excelentíssimos Desembargadores: Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, Presidente; Manoel Rafael Neto, Vice-Presidente; Sérgio Marinho Falcão, Corregedor Regional Eleitoral; Mário Gil Rodrigues Neto; José Paes de Andrade; e o Dr. Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Filho, Procurador Regional Eleitoral, comigo, Marcos Antônio Tavares de Albuquerque, Diretor Geral, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o Presidente informou aos presentes que as eleições tiveram início em todo o Estado, de forma tranqüila e que, até o momento, não havia registro de qualquer incidente. Comunicou, ainda, que esta sessão seria de caráter permanente, podendo o Tribunal, a qualquer momento, ser acionado. Às nove horas a sessão foi suspensa. Reaberta a sessão, às dezessete horas, contando com a presença dos Desembargadores Ridalvo Costa e Leopoldo Raposo, o Presidente ressaltou a ausência, em plenário, do Desembargador Sérgio Falcão, Presidente da Comissão Apuradora das eleições, que se encontra na Secretaria de Informática. A seguir, informou: “A nossa presença neste plenário tem o objetivo formal de declarar encerrada a sessão permanente, uma vez que o Tribunal esteve reunido durante todo o dia no aguardo de possíveis problemas que devessem ser solucionados. Antes, porém, de qualquer providência nesse sentido, é conveniente indagar dos eminentes Srs. Desembargadores se têm alguma comunicação a fazer ou alguma proposição a trazer à Corte. No momento em que nós vamos encerrar esta sessão é conveniente dizer que Pernambuco teve as maiores eleições da sua história, assim como todo o Brasil e, como tem sido uma tradição no nosso Estado, tivemos eleições absolutamente tranqüilas. O Tribunal não recebeu nenhuma comunicação de qualquer irregularidade ou qualquer ato de violência no território do Estado que viesse a toldar, a manchar a festa democrática em que se constituiu estas eleições. Estive há poucos instantes, em companhia do Des. José Paes e do ilustre Procurador Regional Eleitoral, Dr. Miécio Cavalcanti, em visita ao Marco Zero, onde assistimos à divulgação dos primeiros dados eleitorais referentes ao Estado do Amapá; ou seja, referentes à eleição para Governador no Estado do Amapá. Na visita que fizemos ao Marco Zero, verificamos que o povo está presente naquela praça; a praça está colorida com os partidários do candidato que as pesquisas indicam como o vitorioso e isso para o povo brasileiro, para qualquer tribunal, é uma constatação que reflete a consolidação da nossa democracia. O que importa para nós que compomos o Tribunal não é saber quem ganhou, mas é saber que as eleições decorreram com absoluta regularidade. O povo teve liberdade de comparecer às urnas, escolheu livremente o seu candidato e isso é o que é importante para a consolidação da

A series of five handwritten signatures in black ink, arranged horizontally at the bottom of the page. The signatures are stylized and appear to be those of the officials mentioned in the text above.

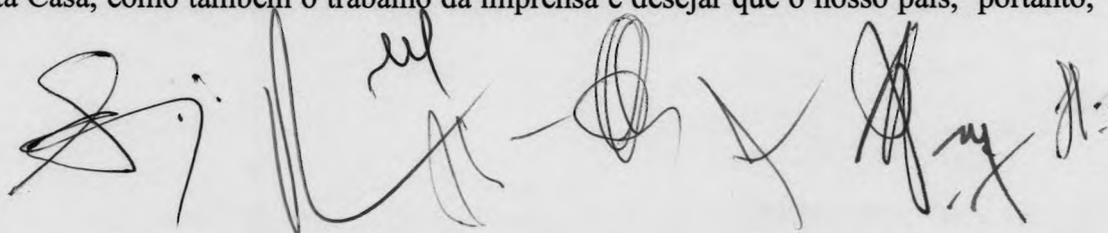
democracia. Então, estamos todos de parabéns. O Tribunal, porque realizou um trabalho transparente, propiciando ao povo uma eleição tranqüila; e o povo brasileiro de parabéns, porque desapareceu da nossa história a mancha do autoritarismo. É o povo que está escolhendo o seu governante, o seu representante maior. E isso é que é importante. Isso é o que realmente traduz a força da nossa democracia, que já começa inclusive a incomodar os maiores países do mundo. Nós somos fortes na população, pois temos uma população relativamente grande, embora possamos ter muito mais, tendo em vista a proporção, a relação território/população, temos um grande território. Temos poderio econômico. Somos a oitava economia do mundo. Temos recursos naturais que são muito valiosos. O que o Brasil está a precisar é, naturalmente, uma melhor distribuição da renda. E nós aguardamos que o novo governo, seja ele quem for, mas tudo indica que será Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esperamos que esse novo governo, além de consolidar a democracia, consiga melhorar a distribuição da renda. Nós temos muitos ricos, mas poucos ricos em relação à imensa maioria da população que vive miseravelmente. Por isso que o povo foi livremente às ruas e escolheu um novo Presidente. Tudo indica que será aquele a quem eu me referi. Mas seja ele quem for, o povo fez a escolha livre e consciente e isso é o que é importante.” Com a palavra, o Des. José Paes de Andrade assim se pronunciou: “Sr. Presidente, assistimos, no dia de hoje, desde a abertura dos nossos trabalhos, a tranqüilidade com que se desenvolveu a eleição em Pernambuco. E tudo isso deve-se à liderança de Vossa Excelência, pela maneira firme, capaz, com que conduziu os trabalhos eleitorais no Estado, percorrendo, como Vossa Excelência percorreu, quase que todos os municípios, a fundação dos núcleos eleitorais, sua paciência e sua capacidade administrativa. Em consequência, eu queria propor ao Tribunal um voto de aplauso a Vossa Excelência, pois que, realmente, o Tribunal está de parabéns, mas devemos esse parabéns à maneira, à condução e à liderança do Presidente desta Casa.” Pedindo a palavra, o Dr. Miécio Cavalcanti disse o seguinte: “Sr. Presidente, egrégio Tribunal, eu acho que o que nós fizemos aqui não é nada mais, nada menos, do que aquilo que é o nosso dever. Eu acho que não é Pernambuco, mas o Brasil, a partir de hoje, que vira uma página na história em termos de crescimento da democracia. E o Ministério Público, mais uma vez, é presente como fiscal da lei a todos os atos, a todos os fatos, a todo o processo eleitoral, é uma testemunha viva e efetiva de que em Pernambuco tudo transcorreu na perfeita normalidade e transparência, apesar das pequenas dissensões que possam ter ocorrido. E, na verdade, isso só vem engrandecer a circunstância de que a democracia é o único regime, o único sistema político com que os povos podem se desenvolver de uma maneira efetiva; encontrar seus espaços, seus caminhos, a despeito de discordar politicamente daqui, dali, e enfim, eu acho que Pernambuco hoje está de cabeça erguida em relação a todos os Estados do País, porque eu acompanhei, como membro do Ministério Público, tudo que aconteceu. Sei das dificuldades que nós enfrentamos aqui e das superações. O corpo de funcionários desta Casa se desdobrou e deu mais de si do que podia dar, para que tudo transcorresse de uma maneira assim célere, efetiva, eficiente. Então, é um pessoal que merece toda a nossa gratidão, não minha, como órgão do Ministério Público, mas da sociedade como um todo. E acho que isso é muito gratificante chegarmos nessa etapa, nesse dia em que a gente termina uma eleição e pode chegar e dizer à sociedade: aqui está o nosso trabalho; e, além do nosso trabalho, o resultado que a sociedade nos dá, aquela resposta: votamos nesse candidato, naquele



candidato e isso é que é o resultado. E vamos respeitar a vontade das urnas e torcer para que nesse País, grande na sua dimensão continental, tudo dê certo. E fazer cada vez melhor. Nós somos pagos para isso, somos funcionários do Governo para isso e eu saio daqui hoje com a cabeça erguida, graças a Deus. E todos nós, os Senhores que estão aqui como Desembargadores, a imprensa, firme aqui, mostrando, renitente, intransigente, sempre questionando as coisas e a gente respondendo... isso é belíssimo! É o maior exemplo de democracia que se pode dar para o mundo. E que Deus nos abençoe e que, enfim, o Brasil siga nesse caminho. É o que eu posso dizer neste momento." Com a palavra, o Des. Mário Gil afirmou: "Sr. Presidente, eu queria somente dar notícia ao Tribunal de que foi distribuído hoje para mim uma Medida Cautelar inominada, em que há também o pedido de suspeição do Des. Sérgio Falcão, apresentada por um ex-Deputado e ex-Prefeito de Jaboatão. A petição veio com imperfeições, eu mandei que fosse intimada à parte para, se desejar, emendar a inicial. Este é o único feito que foi distribuído a mim e que eu trago à mera comunicação ao Tribunal. Eu também queria pedir vênias ao eminente Des. José Paes de Andrade para fazer um simples aditamento à proposta dele, à qual subscrevo integralmente. Esta Corte foi muito bem dirigida por Vossa Excelência e teve a imprescindível colaboração do Des. Manoel Rafael que, com sua objetividade, com a sua clareza, com o seu espírito orientador, também foi um dos baluartes dessa eleição. Inclusive nas impossibilidades de Vossa Excelência, inclusive ao proclamar o resultado das eleições, na impossibilidade de Vossa Excelência estar presente. Por essa razão, eu estendo o voto de congratulações e aplauso, se Sua Excelência permitir, Des. José Paes de Andrade, ao Presidente e ao Vice-Presidente, que foram tão harmônicos e objetivos no sentido de emprestar a esta Corte a serenidade necessária para decidir. E aos jurisdicionados a certeza do equilíbrio das decisões." O Des. José Paes de Andrade concordou com o adendo a sua proposição. Em seguida, usou da palavra o Des. Ridalvo Costa: "Eu também peço a palavra, Presidente. Eu pensava que era difícil ser Juiz em época de exceção. Eu pensava que ser Juiz Eleitoral em época de ditadura era mais difícil do que ser Juiz Eleitoral em época democrática. Eu, em 1970, fui relator de uma argüição de inelegibilidade de um candidato a Senador pela ARENA em um estado da Região Nordeste. O meu voto foi contrário ao registro daquele candidato. Parecia que na minha vida de Juiz aquele tinha sido o ponto mais difícil para decidir. Entretanto, vi que nestas eleições, em plena democracia, alguns pontos ficaram a fazer com que a gente refletisse sobre alguns episódios que foram decididos por este Tribunal. Algumas vezes se apontava que este Tribunal tinha adotado a censura prévia ao proibir determinado tipo de propaganda eleitoral. Isso fez com que eu refletisse, porque não quero contribuir com o meu voto e com a minha posição para que uma dúvida desta natureza paire acerca de um órgão que se esforça por cumprir a sua destinação de órgão do Judiciário. Ultimamente se viu em um outro recanto da Federação a aplicação, aí sim, de uma censura prévia, que foi repelida pelo TSE. E eu fiquei a pensar que na verdade este Tribunal ao proibir, em determinado momento desta campanha eleitoral, um tipo de propaganda, não fez censura prévia. Apenas interceptou, proibiu uma propaganda que, ao nosso entender, não deveria ter continuidade. Pois bem, eu me sinto regozijado por esse episódio, que, no mesmo pleito eleitoral a nação brasileira tenha tido oportunidade de verificar o comportamento de um Tribunal que adotou a censura prévia. E que o nosso Tribunal não teve no mesmo sentido este procedimento. Isso me deixa, de certa



forma, confortado, Presidente, porque eu penso que este Tribunal se esforçou para cumprir o seu papel de assegurador de um pleito eleitoral democrático. As diversidades de entendimento são próprias dos colegiados. As divergências, as discrepâncias, as interpretações díspares fazem parte de um colegiado. A sociedade não pode esperar que todos nós pensemos da mesma forma! Nós somos os representantes do povo na Justiça! Uns são juízes de carreira, outros são membros do Ministério Público, fiscais da lei, outros são representantes da classe dos advogados, outros encarnam um Poder Judiciário Federal e outros os Tribunais de Justiça e os Juízes de Direito. É por isso que se espera que haja mesmo divergência. Mas o que se busca neste Tribunal, e aqui fica o meu testemunho, é o desejo de acertar. Nem sempre se consegue! Nem sempre se alcança o objetivo maior! Mas se esforça para se conseguir justiça, para que se dê aos partidos políticos e aos candidatos um clima de liberdade para que cada um discuta suas idéias e para que cada um dê a sua mensagem na busca do voto que o consagre a um mandato eletivo. As minhas palavras, Sr. Presidente, são apenas de um testemunho. Sou um Juiz antigo, de carreira, já integrei por muitos anos a Justiça Eleitoral e me sinto muito recompensado em ter integrado o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, dirigido por Vossa Excelência, com a Vice-Presidência do Des. Manoel Rafael, com o nosso Procurador Regional Eleitoral, Dr. Miécio, que deram, dentro das suas possibilidades, o esforço necessário para que os partidos políticos alcançassem os objetivos de uma disputa eleitoral digna, uma disputa eleitoral com liberdade. Se algum excesso os partidos políticos cometeram, esses excessos não de ser dispensados. E se algum erro a Justiça Eleitoral de Pernambuco cometeu, esse erro é próprio da nossa condição de homens. Nós não somos santos. Queremos apenas ser entendidos como homens bem intencionados. Por isso, Sr. Presidente, receba da minha parte o meu testemunho do esforço do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco para fazer o melhor que foi possível fazer com o concurso de todos nós e com o concurso dos servidores, que se esforçaram para que a Justiça Eleitoral de Pernambuco desse o melhor que poderia dar. Algum erro, perdão, porque a gente não pôde fazer melhor. Mas fique certo, Pernambuco, que foi o possível que nós podemos fazer. São as minhas palavras, Presidente.” Em seguida, usou da palavra o Des. Leopoldo Raposo: “Sr. Presidente, esta sessão se me apresenta como uma sessão de elevada significação, porque está encerrando uma fase do processo eleitoral até a recepção do voto. Iniciando agora a fase de apuração, de totalização desses votos. E o faz demonstrando que esta Corte desenvolveu o seu trabalho como pleno êxito. Trabalho em prol da democracia brasileira e não só esta Corte está de parabéns como também toda a população brasileira. Eu tive a oportunidade de presenciar um fato quando fui votar. Um fato que me deixou muito sensibilizado, em Parnamirim, presenciei pessoas que defendiam o partido do candidato Luiz Inácio Lula da Silva e pessoas também que defendiam os interesses do candidato José Serra, em plena confraternização. Tudo isso nos deixa muito alegres, porque é uma confraternização que demonstra que a população brasileira está amadurecida para o exercício da democracia. Só nos resta desejar ao candidato vitorioso pleno êxito na sua missão de levar este país no sentido de consolidar cada vez mais as suas instituições democráticas. Quero parabenizar V. Excelência, enaltecer o trabalho também do eminente Desembargador Manoel Rafael, do eminente Procurador Regional Eleitoral e de todos o membros, de todos os técnicos, de todos os servidores desta Casa, como também o trabalho da imprensa e desejar que o nosso país, portanto,

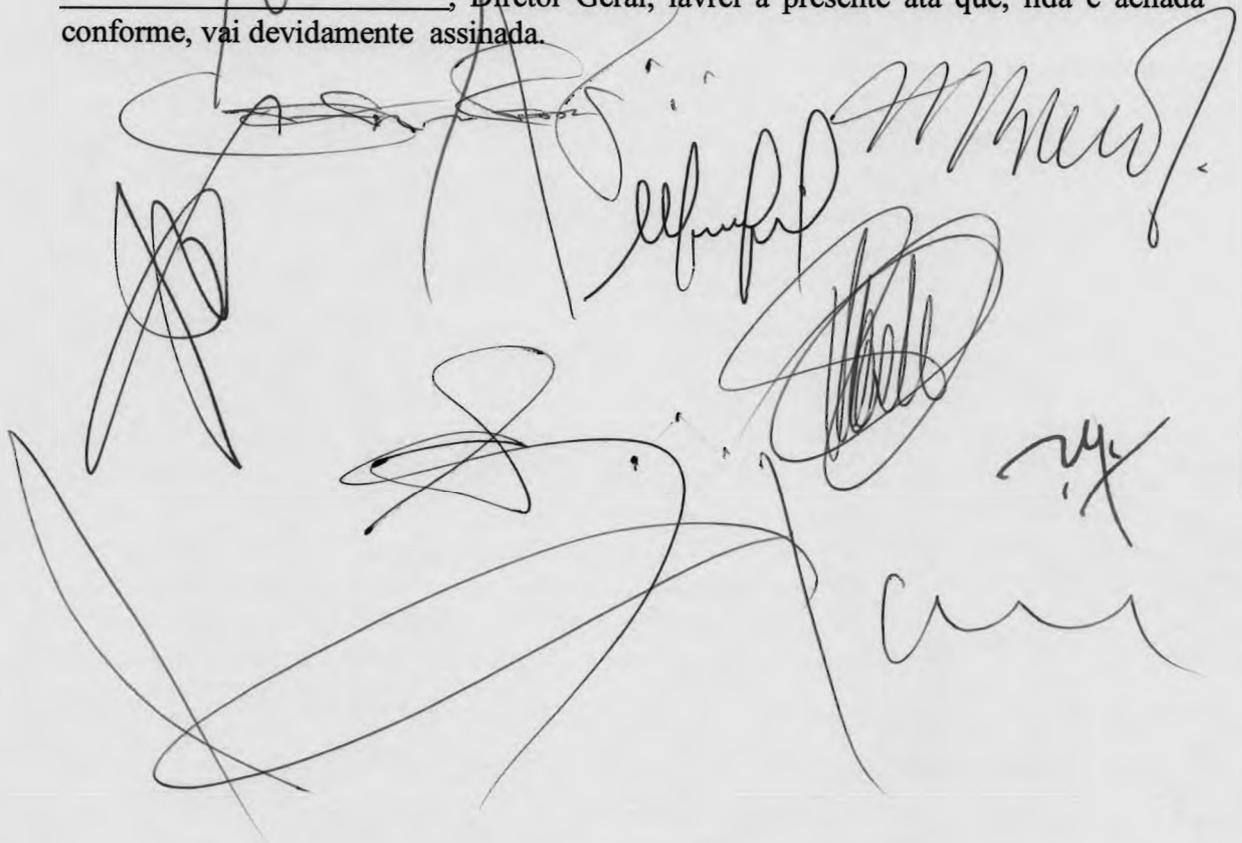


caminhe no sentido da democracia, no sentido de alcançar o seu desenvolvimento social, para que o Brasil possa ter dias melhores de felicidade. É o que tinha a dizer Sr. Presidente." Dando seqüência, o Presidente argumentou o seguinte: "Antes de encerrar esta sessão, eu gostaria de me pronunciar inicialmente sobre a imprensa. A imprensa de Pernambuco teve um comportamento altamente louvável, cumpriu a sua missão. A missão de informar devidamente, corretamente os fatos. Mas, quando eu faço essa afirmativa, sou forçado também a lembrar que ao assumir a presidência desta Casa e ter os primeiros contatos com os repórteres, eu fiz questão de dizer que o Tribunal Eleitoral de Pernambuco estava aberto para a imprensa. Se a gente trabalha com transparência, a gente facilita o trabalho da imprensa, quando a gente não quer esconder nada, quando a gente torna tudo público, realmente, como deve ser o trabalho de quem exerce uma função pública, a imprensa tem o seu trabalho facilitado. Nós não tivemos o que esconder. Fiz questão de dizer desde o princípio - e os nossos colegas da imprensa estão assistindo esta sessão e podem testemunhar este fato - fiz questão de dizer que qualquer coisa que eles precisassem do Tribunal, eles teriam imediatamente. O Tribunal estava aberto para fornecer todas as informações. Eu acho que não há o que fazer, ou seja, a imprensa não tem o que reparar, fazer reparo nesse comportamento do Tribunal. Esse voto, essa moção apresentada pelo Des. José Paes com o apoio do Des. Mário Gil me torna até impedido de prosseguir na Presidência da sessão, uma vez que a moção é dirigida a mim pessoalmente. Eu prefiro, se S. Excelências concordarem, deixar o dito pelo não dito, ou seja, o fato foi mencionado, por essa razão vai constar da Ata. Mas, se encômios devem ser dirigidos, eles terão que ser feitos a muita gente e a muitos setores. O meu entendimento é exatamente igual ao entendimento do Des. Ridalvo Costa e do ilustre Procurador Miécio Cavalcanti. Há muita gente envolvida nesse processo. Nós, naturalmente, assumimos uma posição de destaque no trabalho. Isso existe em qualquer setor da atividade humana. Alguém preside, alguém chefia, outros são companheiros na condução da chefia e da administração e outros, muito mais, são os verdadeiros artífices do trabalho na administração. De forma que eu prefiro é transferir isso para o Tribunal como um todo, os membros do Tribunal e principalmente os grandes artífices do nosso sucesso, os servidores do Tribunal. Desde a Dra. Cleyde, que é conhecida como uma das pessoas mais eficientes do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e também dos Tribunais do Brasil, ao mais humilde servidor de uma Zona Eleitoral do Estado, aquele servidor que está lá em Dormentes, que está em Afrânio, que está em cidades novas, municípios novos que foram criados que não constavam da Geografia na época em que eu estudei e que na realidade nem os nomes todos eu conheço. Mas, esses servidores que estão espalhados por todo o Estado, que conduziram urnas, que consertaram, que repararam urnas, que inseminaram urnas, que distribuíram cartas convocando mesários, pessoas humildes que ganham pouco, que se sacrificam para que o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco como um todo faça um trabalho eficiente. Então, vamos realmente distribuir esse elogios para esses servidores do Tribunal, para todos eles que tudo fizeram para que nós exercêssemos a nossa função com absoluta eficiência. O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco trabalhou com eficiência. Nós oferecemos um bom resultado à população. Posso dizer que nós todos estamos de parabéns. O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco trabalhou com eficiência. Nós oferecemos um bom resultado à população. Posso dizer que nós todos estamos de parabéns. Mas, devemos isso sobretudo aos servidores do Tribunal, requisitados ou não,

do quadro ou não, mas todos eles que irmanados conduziram ao sucesso e a um porto seguro a nau da administração do conjunto.” Pedindo um aparte, o Dr. Miécio Cavalcanti falou: “Desculpe-me Presidente, permita-me um aparte. Toda orquestra tem grandes violinistas, grandes violoncelistas, grandes tocadores de oboés, grandes instrumentadores, mas uma orquestra não funciona se não tiver um maestro, um maestro que conduza, e V.Exa. é um maestro que conduziu e tocou bem essa música. Então, por isso é que o Tribunal conclui, com as manifestações de seus pares, dizer que V. Exa. soube explorar o lado que há de melhor em todos os funcionários da Casa. Então V. Exa. é o desaguadouro desses elogios sem prejuízo de que os partícipes dessa orquestra também o sejam.” O Des. Mário Gil afirmou: “Sr. Presidente, há uma proposta a ser considerada, apreciada por este Tribunal. V. Exa. sempre se mostrou um democrata, não é agora que vai cercear este Tribunal de exercer suas funções. Então, na forma regimental, me parece que por ser eu o mais antigo, peço a V. Exa. que me autorize, diante da impossibilidade que o Senhor declarou bem como o Vice-Presidente, de conduzir a tomada de votos referente a proposta.” Com a palavra, o Des. José Paes de Andrade comentou: “Sr. Presidente, realmente as palavras do eminente representante do Ministério Público, dizendo que não existe orquestra tocando bem e afinada se não houver um maestro de alta qualidade, essa proposta, inicialmente que eu fiz, é porque realmente a minha intenção era alcançar não só os membros do Tribunal, do Ministério Público, dos funcionários todos que estão à frente deste trabalho e que estão dando a V. Exa. a força de saber conduzir com entusiasmo tudo o que nós vimos ocorrer ultimamente na preparação deste episódio que teve o seu desfecho hoje. Então alcança a todos nós, alcança justamente a todos os membros do Tribunal, de forma que V. Exa. fique à vontade, que V. Exa. mesmo deve pedir a aprovação desta proposta ao Tribunal.” Continuando, o Presidente afirmou que: “Antes disso, só para terminar, é preciso também reconhecer que o Ministério Público Eleitoral teve um papel destacado nesse processo. Quem tem o tempo de magistratura que temos o Des. Manoel Rafael, Des. Ridalvo Costa e eu, sabemos o quanto é difícil trabalhar sem harmonia, quando não há sintonia entre o Poder Judiciário e o Ministério Público. No TRE-PE nós assistimos exatamente o contrário, seja por conta da maneira como os membros deste Tribunal se conduzem, seja por conta da maneira como o Ministério Público atua nesta Casa. Antes era a instituição representada por este eminente Procurador, que se encontra aqui ao nosso lado, Dr. Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho. Tivemos, em algumas oportunidades, o Ministério Público aqui representado, eventualmente, por Dra. Regina Coeli, que é o que se pode dizer vulgarmente ‘um doce de pessoa’, e depois essa figura enorme na capacidade e no físico, amedronta pelo físico e amedronta pela capacidade jurídica que é o Dr. Miécio, mas todos na mesma linha, todos procurando cumprir com o dever, exatamente, dentro do trilho que é o marco constitucional, ou seja a linha constitucional de atuação do partido. Não se viu aqui quebra de sintonia entre o Poder Judiciário e o Ministério Público, pelo contrário, o Poder Judiciário, todas as vezes que foi requisitado de alguma forma pelo Ministério Público, esteve sempre pronto a atuar e todas as vezes em que o Poder Judiciário precisou do Ministério Público no cumprimento do dever constitucional de fiscalizar e de tomar as providências necessárias para a apuração de qualquer fato, o Ministério Público esteve presente. Então houve um complemento entre o Poder Judiciário e o Ministério Público. Uma integração entre as duas instituições sempre com o objetivo de

oferecer o melhor à comunidade. Foi isso que acredito nós tivemos durante todo esse processo eleitoral e durante todo o tempo em que ficamos aqui trabalhando. Não vamos ficar discutindo essa história de jogar loas prá lá e prá cá, mas eu acho que na realidade a simples menção dessa proposição na ata dos trabalhos já é uma forma de reconhecimento do que foi feito, não haveria realmente a necessidade disso. Além de tudo isso, só para terminar, gostaria também de fazer uma referência e que eu considero uma coisa importante. Há Estados em que há ocorrência de fatos lamentáveis, resultado da violência, resultado da luta política, resultado do desentendimento entre partidos, que levam, às vezes, a crimes eleitorais, crimes comuns decorrentes do processo eleitoral ou crimes de quaisquer outras naturezas que, no dia da eleição ou nos dias que antecedem a eleição, conduzem a uma circunstância que desabona o comportamento da sociedade. Em Pernambuco foi o contrário, tanto no primeiro turno, como no segundo turno, nós tivemos absoluta calma. Calma na população, tranqüilidade entre os eleitores, tranqüilidade entre os militantes dos partidos, como bem reconheceu o Des. Leopoldo Raposo; e isso decorreu também da tranqüilidade com que o Tribunal conduziu os trabalhos, ajudado, naturalmente, pelas forças de segurança do Estado. Nós não tivemos a notícia de que um delegado ou de que um oficial da polícia tenha extrapolado no desempenho das suas funções. Nós não tivemos nenhuma nódoa em relação ao trabalho da polícia. Não se disse que um delegado de polícia, seja em que município do Estado for, tenha agido arbitrariamente. Então, é preciso também reconhecer esse trabalho da Polícia Civil e da Polícia Militar. E nós sabemos que é um trabalho difícil, porque polícia, seja ela fardada ou não, judiciária ou não, ostensiva ou não, polícia tem que ser forte. Eu acho que polícia não pode ser fraca. Polícia quando assume a sua missão e tenta atuar em relação a algum problema, tem que atuar de certa maneira com força; mas, mesmo assim, não se viu no Estado a ocorrência de nenhum fato decorrente do processo eleitoral ou decorrente da propaganda eleitoral ou da luta política em geral em que um delegado de polícia ou um oficial da polícia militar tivesse extrapolado ou agido arbitrariamente. Então, a essas duas polícias, às forças de segurança do Estado, também os nossos elogios. Eu acho que nós temos que reconhecer isso, isso é muito importante, porque 'ninguém é uma ilha', já dizia um grande escritor, esqueço-me do nome agora. Todos nós só podemos exercer bem as nossas funções se contarmos com o apoio de todos. Ninguém pode fazer nada sozinho. Então, também os elogios e os agradecimentos do TRE de Pernambuco à Polícia Civil e à Polícia Militar do Estado." O Dr. Miécio Cavalcanti, pedindo a palavra, mais uma vez, afirmou: "Sr. Presidente, sem querer ter o privilégio da última palavra, mas eu não poderia deixar de fazer um registro por dever de justiça aos meus colegas do Ministério Público, aos Procuradores Regionais Auxiliares que nessa eleição, particularmente nessa eleição, juntamente com os Desembargadores Auxiliares, eles foram assim de fundamental importância para o desenvolvimento dos trabalhos. Como todos nós sabemos, teve uma fase do processo eleitoral que se desdobrou na apresentação das Reclamações e das Representações que não foram poucas, foram muitas, reiteradas, repetitivas e que geraram de uma certa maneira um volume muito grande de trabalho. E eu queria registrar que se não fosse a atuação dos meus colegas, dos ilustres Procuradores Regionais Eleitorais Auxiliares, Dr. Francisco Rodrigues Sobrinho que aqui está, meu antecessor, Dr. Joaquim Dias e Dra. Regina Coeli, realmente, o meu trabalho não seria realizado a contento. Foi importantíssimo, foi fundamental, foi imprescindível, assim como eu tenho certeza de

que para este Tribunal, a participação dos Senhores Desembargadores Auxiliares, porque realmente todos nós assistimos, presenciamos, a quantidade de representações de reclamações que acorreram a este Tribunal. Eu queria deixar registrado a importância disso e consignar esse valoroso trabalho, que, sem dúvida alguma, juntamente com as demais participações de todos os servidores da Casa, Desembargadores, foi de fundamental importância para o pleno êxito do trabalho eleitoral deste Tribunal. É isto que eu gostaria de registrar." O Presidente disse o seguinte: "As minhas últimas palavras seriam exatamente em relação aos Desembargadores Auxiliares. O ilustre Procurador Miécio Cavalcanti antecipou-se e falou acerca dos Procuradores Auxiliares e eu estava deixando para o final essa referência aos três colegas que exerceram com brilhantismo a sua função nesta Casa. Nós tivemos como Auxiliares os Desembargadores Fernando Cerqueira, Maurício de Albuquerque e Marco Maggi. Isso no segundo grau, ou seja, como integrantes do Tribunal e como verdadeiros soldados do Tribunal na trincheira avançada tivemos os Juizes Antônio Fernando Martins, Ricardo Paes Barreto e Adalberto Oliveira Melo. Então, a esses três Juizes e aos três Desembargadores Auxiliares também devem ser dirigidos os agradecimentos do Tribunal pelo eficiente trabalho que fizeram e também os elogios que nos foram dirigidos a eles devem ser distribuídos, à razão direta da eficiência e do excelente trabalho que fizeram. Então, a todos os servidores que estão nas Zonas Eleitorais, naturalmente que já assim me dirigia aos Juizes, mas é bom que conste essa menção expressa aos Juizes Eleitorais do Estado que se conduziram corretamente e merecem também os elogios, sejam os elogios do Tribunal sejam os elogios da sociedade. De qualquer maneira, então, eu posso proclamar que o resultado da proposição de V. Exa. com a chancela do eminente Des. Mário Gil foi unanimemente aprovada. Eu quero terminar, apenas, como estava fazendo, dando graças a Deus por tudo que nós fizemos, porque somente através Dele, por Ele e por Sua bondade é que pudemos realizar esse trabalho." Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, _____, Diretor Geral, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

The bottom half of the page is filled with several handwritten signatures and scribbles in black ink. The signatures are highly stylized and overlapping, making them difficult to read. There are approximately six distinct signatures scattered across the lower portion of the document, some appearing to be initials or full names in cursive script.